



ANTÁRTICA: SUAS IMPLICAÇÕES

Therezinha de Castro



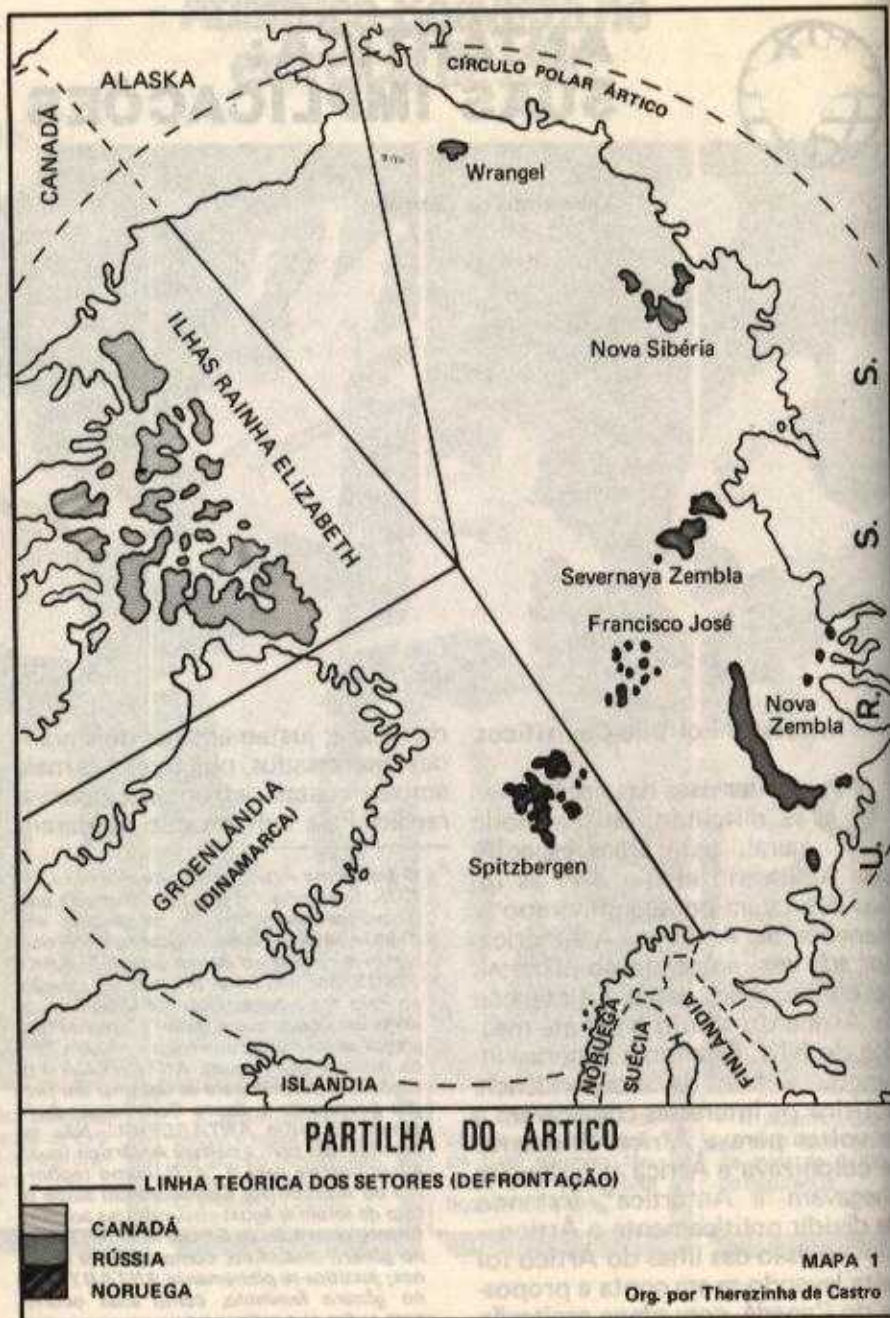
1 - Interesses Político-Científicos

Os interesses das nações vêm se dirigindo, de um modo geral, para áreas específicas. Assim, no século XVI as Índias desviaram por algum tempo as atenções da América. A América, por sua vez, entrando no processo de colonização, desviou a atenção da África do século XVII até meados do XIX. Quando a América alcançou a fase da independência política os interesses começaram a voltar para a África. Enquanto se colonizava a África as potências chegavam à Antártica*, tratando de dividir politicamente o Ártico.

A divisão das ilhas do Ártico foi feita levando-se em conta a proposta do Canadá, com plena aceitação

da Rússia; justamente os dois grandes interessados, por terem as mais amplas costas defrontantes com a região. Pela defrontação herdaram

* O topônimo Ártico se originou de ARKTIKOS, traduzindo-se por Urso, a estrela que guiava os navegantes na antiguidade em direção ao Polo Norte; enquanto Antártico significa oposto ao Ártico ou ANTI-ARKTIKOS, por não haver avistada em direção ao Polo Sul a constelação da Urso. Levando-se em conta que a letra "k" (kapa) dos gregos se mantém ou se transforma em "c" na maioria das línguas, ANTÁRTICA é o topônimo próprio para se designar em língua portuguesa o Sexto Continente, derivando do latim ANTARCTICU. Não se justificando, pois, a palavra Antártida (qual a justificativa para o "d"?), como topônimo ou substantivo. Corroborando ainda o fato de serem as águas circundantes ao continente chamadas de Glacial ANTÁRTICO, no gênero masculino, como todos os oceanos; justifica-se plenamente ANTÁRTICA, no gênero feminino, como aliás ocorre com todos os continentes.



as ilhas do Ártico as três nações defrontantes — o Canadá, a Rússia e a Noruega, pois na defrontação do Alaska, pertencente aos Estados Unidos, não existe uma só ilha.

Segundo a proposta do Senador canadense Pascal Poirier, sacramentada pelo russo Latkine, foi aplicada, na partilha do Ártico, a linha teórica dos setores, consagrando o critério da defrontação. (Mapa 1).

Assim, o Canadá ficou com o maior número de ilhas batizadas de Rainha Elizabeth. A Rússia herdou ilhas e arquipélagos em toda a extensão de sua costa ártica desde a Nova Zembla até Wrangel.

Coube à Noruega o grupo das Spitzbergen, mas fugiu ao critério da defrontação a Groenlândia, já que foi mantida sob soberania da Dinamarca, prevalecendo, nesse caso, o direito histórico.

Por que essa partilha em 1907? Certamente porque ao se findar o século XIX, realizou-se o 1º Ano Polar (1882-83), durante o qual 12 nações estudaram com maior intensidade o Ártico, onde descobriram riquezas minerais, inclusive o petróleo. Precisava-se, pois, passar da exploração científica à exploração utilitária, e a partilha premiaria a quem de direito por se defrontar com essas ilhas.

É interessante também ressaltar que a partilha do Ártico é contemporânea ao lançamento da teoria do Poder Terrestre de Mackinder. Observando que partira da Europa Centro-Oriental a conquista dos bárbaros para o oeste e a dos cossacos para o leste, concebeu o geopolítico inglês, o eixo do Poder Terrestre a que chamou de "heart-

land". Desse "heartland" partiria o Poder Terrestre por ser a área isolada dos oceanos, onde os próprios rios contribuíam para esse isolamento perdendo-se no Ártico gelado. Nessas condições fundamentou o seu "heartland" na inviolabilidade do Poder Terrestre, pois, defrontando-se com o Ártico, bloqueado pelos gelos, se constituía numa região geoestrategicamente protegida contra a ação do Poder Naval. Concluindo-se então que na partilha do Ártico pela defrontação se associaram os fatores geoeconômico e geoestratégico.

Muito embora os Estados Unidos não tenham concordado com a partilha política do Ártico, ela se realizou e mantém-se sacramentada até os nossos dias.

Com o Ártico partilhado e já em exploração marcava-se o novo Ano Polar (1932-33), no qual as nações, já em pé de guerra, evidenciaram serem as regiões polares excelentes laboratórios para estudos atmosféricos. Assim, o homem, embora ainda não tivesse experimentado os efeitos da "guerra atômica", já dava os seus primeiros passos em direção à "guerra meteorológica". E foi estudando o clima da Groenlândia que se determinou o "dia D" para o desembarque na Normandia.

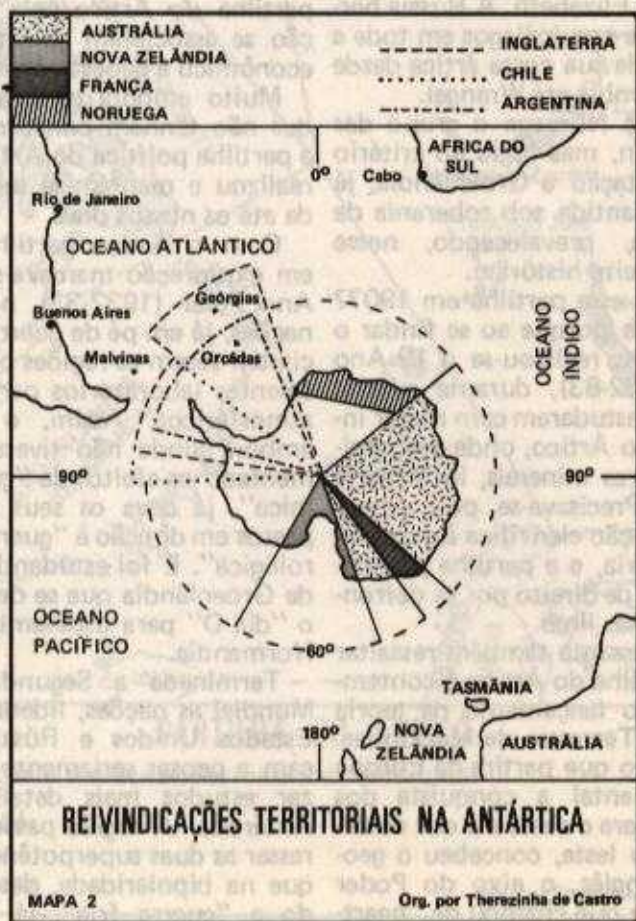
Terminada a Segunda Guerra Mundial as nações, lideradas pelos Estados Unidos e Rússia, começaram a pensar seriamente em realizar estudos mais detalhados na Antártica. A região passou a interessar as duas superpotências, visto que na bipolaridade, desenvolvendo a "guerra fria", já possuíam

seus pontos de apoio no Ártico. Realiza-se então em 1957-58 o AGI (Ano Geofísico Internacional), no qual se inscreveram 39 nações, entre as quais, na América do Sul, o Brasil, a Argentina e o Chile. Desde então, nunca mais foram suspensas as pesquisas. E pelos estudos realizados têm-se provas de que a Antártica é valiosa por suas reservas de minérios, de água potável (a maior do mundo)

e de que sua fauna marinha é capaz de abastecer o mundo nos próximos séculos.

Disputa Territorial

Enquanto apenas três nações herdaram ilhas no Ártico, sete países já emitiram decretos reivindicando setores na Antártica. (Mapa 2).



No ano seguinte ao lançamento da linha teórica dos setores no Ártico, ou seja, em 1908, a Inglaterra anexava uma área na Antártica. Engloba o seu setor antártico à Dependência das Falklands, as Malvinas dos argentinos, que os ingleses haviam ocupado em 1833.

Em 1923 o Conselho Britânico reivindicava para a Nova Zelândia, os territórios na reentrância do mar de Ross, a área que oferece as melhores possibilidades para a penetração no interior do continente. A Austrália, que só em 1931 seria erigida em Domínio, teria seu território antártico reivindicado pela Inglaterra em 1933. No entanto, a Antártica Australiana teria que se constituir em dois setores, dividida pela Terra de Adélia que a França anexara em 1924. Observa-se ainda, que as reivindicações feitas pela Inglaterra englobavam ao Império Britânico 2/3 da superfície continental da Antártica.

Em janeiro de 1939 a Noruega, que pela teoria dos setores herdara um arquipélago no Ártico, também anexava o seu território antártico. No entanto, repelindo ao continente austral a teoria da defrontação fazia uma anexação em linha paralela ao litoral entre o setor inglês e o australiano.

Quase que imediatamente, em julho de 1939, a Argentina reivindicava o seu setor na Antártica, que, repetindo a pendência nas Malvinas, se embaralhava com o território inglês. Tornar-se-ia a situação ainda mais complicada, quando, em novembro de 1940, o Chile também tratava de criar o seu Território Antártico, embara-

lhando-se com o da Argentina e Inglaterra.

A Rússia, devidamente instalada no Ártico, não reconhece nenhum decreto de anexação da Antártica. Para os russos a linha dos setores foi aplicada no Ártico aos Estados Vizinhos, ou seja, aos Estados ligados aos territórios polares por toda a economia de seu litoral polar; e, em caso algum diz respeito aos Estados Afastados, tal como ocorre com relação à Antártica. A Antártica que dista do Cabo da Boa Esperança, na África, cerca de 8.000 km, aproxima-se um pouco mais da Oceânia, pois se encontra a 5.000 km da Tasmânia, e se projeta em direção ao continente sul-americano do qual dista 4.000 km. (Mapa 3).

Nessas condições, em se tratando da defrontação para a Antártica é pelo equador terrestre que nos devemos orientar. E, se estamos, segundo Laktine e Pascal Poirrer, na situação de Estados Afastados, também em relação à Antártica não tratamos com um hemisfério continental e sim oceânico.

Considera o International Hydrographic Bureau que o mar austral, chamado de Glacial Antártico, nada mais é do que o prolongamento do Atlântico, Pacífico e Índico. Continuação dos três grandes oceanos, não existe barreira de contenção entre eles e o Glacial Antártico; no caso particular do Atlântico, as águas tropicais se encontram com as frias, lançando estas últimas o volume de 800 milhões de m³/segundo sobre as primeiras, transportando o oxigênio vivifica-

dor necessário à fauna marinha. A convergência antártica forma, pois, uma das zonas limítrofes fundamentais dos três grandes oceanos, chegando, no Atlântico, a passar em determinadas épocas do ano a apenas 1.500 km do litoral do Rio Grande do Sul.

Assim, quer pela influência das correntes frias das Falklands no Atlântico, como pela de Humboldt no Pacífico, é íntimo o relacionamento dos países sul-americanos, que se defrontam com a Antártica, com o oceano Glacial Antártico.

No Departamento de Estado de Washington - existem duas diretrizes para o continente antártico: a territorialista e a internacionalista.

A primeira, pró-reivindicação, reclamando para os Estados Unidos os territórios já reivindicados por Byrd e Ellsworth situados entre os meridianos 90° e 150° de longitude oeste. Coincidentemente, esse setor da Antártica, contíguo ao da Nova Zelândia, ainda não foi reivindicado por nenhum país.

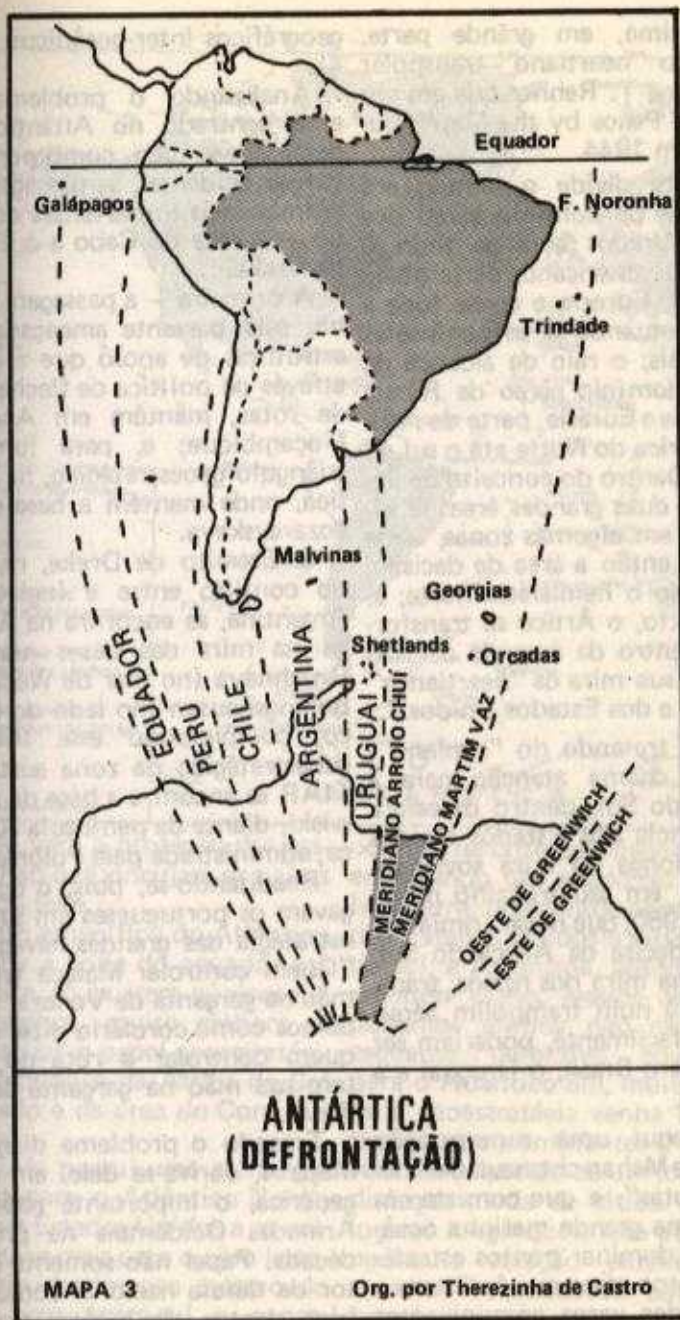
A segunda corrente é pró-internacionalização, contrariando dois princípios ainda vigentes nos Estados Unidos. O primeiro, o mais forte, é a tese das Forças Armadas de que a Antártica tem valor geoestratégico; daí ser mantida a base McMurdo em sistema de alerta com telefone auto-excitado. O segundo princípio se atém ao TIAR que delimitou em seu artigo 4º uma faixa na Antártica que afeta diretamente a segurança do continente americano. E se a Antártica Americana, que vemos no Mapa 3, dividida pela defrontação, é zona que afeta a segurança continental,

não pode e não deve ser internacionalizada.

Houve, pois, incoerência dos Estados Unidos, quando defendeu na Reunião de Washington em 1959, a internacionalização da Antártica. Enquanto a Rússia, dentro da sua incoerência, tem sido bem mais coerente em sua política internacional. Incoerência, porque através de Latkine defendeu a defrontação para o Ártico e a repele para a Antártica, visto que na região austral não tem os mesmos e substanciais direitos; coerência porque defendendo a internacionalização terá direito de continuar na Antártica, e ter assim um excelente ponto de apoio nessa plataforma giratória do hemisfério sul, voltada para os mares quentes que vem ambicionando desde o governo de Catarina II.

A Antártica se constitui numa plataforma giratória de grande importância no hemisfério oceânico. E se de fato não se encontram os países deste hemisfério na porta da entrada da Antártica, têm, pelo menos, nessa zona austral o seu corredor vital de circulação. Corredor vital de circulação, pelo menos para os que estão de acordo com a tese de que a defesa do continente sul-americano é hoje, sobretudo de índole marítima.

Para Alexander Seversky ("Air Power: Key to Survival" - 1950), com a aviação tática contando com a vantagem de maior raio de ação, e mais precisão a largas distâncias, o mundo deve ser estudado num mapa de projeção azimutal equidistante com centro no Polo Norte. Sua visão global aérea



**ANTÁRTICA
(DEFRONTAÇÃO)**

MAPA 3

Org. por Therezinha de Castro

se aproxima, em grande parte, com a do "heartland" transpolar que George T. Renner cria em seu trabalho "Peace by the Map", publicado em 1944.

Seversky divide o mundo em duas áreas de domínio aéreo dos Estados Unidos abrange todo o continente americano, parte norte da África, Europa e quase toda a Ásia, excetuando-se as penínsulas meridionais; o raio de alcance da área de domínio aéreo da Rússia cobre toda a Eurásia, parte da África e América do Norte até o sul do México. Dentro do conceito de Seversky as duas grandes áreas se superpõem em algumas zonas, onde se forma então a área de decisão, envolvendo o hemisfério norte; e, no contexto, o Ártico se transforma no centro da área de decisão tendo na sua mira os "heartlands" da Rússia e dos Estados Unidos.

Em se tratando do "rimland", Seversky chama atenção para a América do Sul, dentro da esfera de influência dos Estados Unidos e ainda longe da mira soviética. Continua, em seu trabalho publicado em 1950, que nesse "rimland" a área indecisa da África do Sul, uma vez na mira dos russos, transformar-se-á num trampolim aéreo de onde, facilmente, poderiam ser alcançados o Brasil, o Uruguai e a Argentina.

Cabe aqui uma superposição com o que Mahan chamava de "flechar as rotas", e que consiste em formar uma grande marinha oceânica para dominar pontos estratégicos; pontos esses que facilitem o controle dos vasos comunicantes

geográficos inter-oceânicos. (Mapa 4).

Analizando o problema com eixo centrado no Atlântico Sul, destacam-se logo, como pontos de defesa ocidental, as passagens marítimas mais importantes do mundo — a rota do Cabo e o Estreito de Drake.

A primeira — a passagem do Cabo, está bastante ameaçada pelas estruturas de apoio que a Rússia, através da política de flechamento de rotas, mantém em Angola e Moçambique; e, para formar o triângulo geoestratégico, na Antártica, onde mantém a base de Novozarevskaya.

O Estreito de Drake, na porta do conflito entre a Inglaterra e Argentina, se encontra na Antártica na mira das bases russas de Druzhnaya (no mar de Weddell) e Bellingshausen (no lado do Pacífico; completando esse triângulo geoestratégico na zona austral do TIAR se encontra a base de Arctowski, diante da península Antártica, administrada pela Polônia.

Reeditando-se, pois, o que pregavam os portugueses em sua geoestratégia das grandes navegações: "Quem controlar Malaca tem sua mão na garganta de Veneza" — podemos como corolário dizer que — quem controlar a rota do Cabo tem sua mão na garganta do Ocidente.

Traçado o problema diante do Mapa 4, deriva-se dele, em forma genérica, o importante papel das Armadas Ocidentais na próxima década. Papel não somente no setor da defesa nacional como também dentro do caráter regional,



orientado para a proteção das passagens vitais que vinculam os países do mundo livre.

No caso específico do Atlântico Sul, desde a linha do equador até a Antártica, só existem núcleos navais pequenos, muito embora se deva ressaltar o papel geoestratégico da República da África do Sul de um lado e da área do Cone Sul do outro.

A OTAN possui uma estratégia defensiva para o Atlântico Norte, levando os Estados Unidos a se voltarem muito mais para o eixo leste-este, em detrimento mesmo do próprio eixo norte-sul e, consequentemente do TIAR, tal como

ocorreu na crise das Malvinas; crise envolvendo um aliado do norte, a Inglaterra, que contou com o apoio dos Estados Unidos e outro aliado do sul, a Argentina, relegada a um segundo plano. Nessas condições podemos afirmar não existir um esquema defensivo equivalente para o Atlântico Sul, muito embora a geoestratégia venha demonstrando que continentes e oceanos vêm participando de um jogo mundial que muda de tática. Por isso lugares longínquos, que até pouco nenhuma relação pareciam ter com as necessidades cotidianas, transformam-se em pedras angulares do destino de um povo.

Assim, no Atlântico Sul vemos o espaço brasileiro integrado no Cone Sul, agrupando em seu bastião avançado as ilhas de Fernando de Noronha na zona de estrangulamento do Atlântico, e a da Trindade, a que o renascimento da rota do Cabo deu novo sentido geoestratégico.

Já na região subantártica, em posição de guarda, a 565 km da entrada do Estreito de Drake, estão as Malvinas. A ocupação dessas ilhas em 1833, sob protesto da Argentina, serviu para a Inglaterra colher a maior vitória naval da Primeira Grande Guerra; o segundo conflito mundial não dispensou o apoio das Malvinas. No caso de um confronto leste-oeste, em que venha a falhar a rota pelo Canal do Panamá, as Malvinas terão triplicada a sua importância geoestratégica, visto que navios provenientes do Pacífico, para atingir o Atlântico terão que se valer da passagem oferecida pelo Estreito de Magalhães. Sendo neste contexto de suma importância para a OTAN a cooperação anglo-estadunidense nas Malvinas.

No presente, o arco insular formado por Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Geórgias e complementado pelas Malvinas se constitui em pontos de escalonamento para o Cone Sul; dele se valeu a Inglaterra em 1982 para atingir a zona de tensão das Malvinas, ocupadas pela Argentina.

No contexto regional, no entanto, essas ilhas estão muito distantes da Inglaterra, servindo hoje mais como bases de escalonamento para expedições à Antártica.

Assim sendo, do ponto de vista geoestratégico essas ilhas são bem mais importantes para os países atlânticos da América do Sul do mesmo, guardadas as devidas proporções, quanto ao posicionamento, dentro do mesmo papel que as bases antilhanas representam para os Estados Unidos — interceptação e alerta. Essas ilhas, gozando de posições marítimas de relativo isolamento, muito embora protegidas contra as comunicações terrestres normais, são dotadas de possibilidades como escala marítima e aérea.

Ainda no âmbito regional, projetando-se na direção do Atlântico e permitindo o escalonamento da Antártica Americana, as Shetland, as Orcadas, numa curva para o oriente as Sanduiches, e em seguida as Geórgias, têm valor geoestratégico por se interpenetrarem com a dorsal atlântica. E é nesse corredor vital povoado por essas linhas subantárticas que o Atlântico interpenetra com o Pacífico e o Índico, numa bacia aberta que contrasta com a bacia fechada do Atlântico.

Nesse corredor de essencial importância, a zona ainda contestada da Antártica e arquipélagos subantárticos forma a área defronte que desafia o espaço geopolítico da esfera de domínio da América do Sul.

A OTAN sem ultrapassar Gibraltar não alcança a zona de estrangulamento do Atlântico; como reflexo da política soviética na Europa não exprime, na realidade, as solidariedades continentais americanas. Nessas condi-

podemos afirmar que nesse Atlântico intercontinental, vigiado em seu extremo sul por uma Antártica e zona subantártica sem estatuto político, a OTAN fixou um limite geopolítico que pensou ser estratégico, num acordo histórico que ignorou a geografia.

Conclusão

A tendência entre as nações na formação de glaciais defensivos (pontos de apoio ou defesa) mostra que a Antártica será não só para o Brasil, como também para todos os países defrontantes, uma base de alerta, interceptação e emergência que venha a afetar a defesa do Atlântico Sul. Embora o homem já venha procurando conquistar o espaço, ainda estamos vivendo na era oceânica. Longe de separar, o mar une; daí a importância do domínio sobre pontos situados defronte a nossa esfera de domínio. Daí a importância da Antártica e arquipélagos subantárticos situados no terminal do Atlântico Sul, não se considerando a existência de um mar Glacial Antártico.

Dominando três oceanos, autêntica plataforma giratória que se defronta com três continentes, tem a Antártica, sem dúvida alguma, grande valor geoestratégico. E, se na prática ficou provado que o Ártico serve tanto aos objetivos pacíficos quanto militares... o mesmo se aplica à Antártica, sobretudo tendo-se em vista que o eixo político vem aos poucos se deslocando do leste-oeste para o norte-sul.

Os mapas são hoje encarados sob um prisma bem diferente — a navegação marítima e aérea deram-lhe novo sentido. As distâncias não são mais pontos longínquos... não são medidas por quilômetros ou milhas, mas sim por horas e minutos. E a Antártica com seus arquipélagos que se integram na dorsal atlântica e não estão assim tão distantes de nós.

As riquezas minerais nessa área já foram constatadas, e tal como ocorreu no Ártico, a Antártica e seu arquipélago deverá passar da exploração científica para a exploração utilitária. E nesta conjuntura, tanto sob o ponto de vista geoeconômico, quanto geopolítico e sobretudo geoestratégico, o problema na Antártica não é mais o de como viver juntos, colaborando como até aqui e deixando de colaborar quando bem se entender. O problema hoje é o de como sobreviver separadamente.

À semelhança do que ocorreu na África onde sete foram as nações aquinhoadas territorialmente no momento em que os interesses políticos ultrapassaram os científicos e se associaram aos econômicos... também são sete as nações que reivindicam a posse de territórios na Antártica.

Mas, por outro lado, se são doze as signatárias iniciais do Tratado da Antártica, são hoje quatorze as nações que se atribuem o direito de legislar sobre a Antártica; excluindo nações sul-americanas como o Brasil, o Uruguai e o Peru, que, por isso, trataram em 1975, 1980 e 1981 respectivamente, de se infiltrar no chamado Clube do

Polo Sul na qualidade de simples observadores.

Ao aderir ao Tratado da Antártica, o Governo brasileiro destacou cinco princípios fundamentais. A adesão brasileira se justifica por finalidades pacíficas, mas não afasta nosso país da defrontação. E isto vem implícito no fato de possuímos "a mais extensa costa marítima no Atlântico Sul" e sermos responsáveis não só por sua defesa no âmbito nacional; como co-responsáveis do TIAR nosso posicionamento atinge a Antártica americana.

Assinado no Rio de Janeiro em 1947, o TIAR, em seu artigo 4º, delimita a Antártica americana nos limites compreendidos entre os meridianos de 24º e 90º oeste. Como aceitar então a internacionalização de uma área que afeta a segurança continental?

Muito mais lógico seria estender à Antártica a Doutrina de Monroe. Aplicando-se a essa Doutrina o princípio da defrontação, ficaria a Antártica americana dividida entre os seis países com ela defrontantes, por serem os que mais se incluem em sua zona de segurança. E assim, tendo destino geopolítico também os arquipélagos subantárticos teria fim a longa fase de disputas.

São coincidentemente seis os países que se envolvem nas regiões naturais sul-americanas, dependentes respectivamente do Pacífico Sul e do Atlântico Sul, na zona em que os dois maiores oceanos misturam, nas zonas de convergência ou através das correntes de Humboldt ou Falklands, as suas águas

com as do Glacial Antártico. Assim, na região sul-americana do Atlântico se envolvem o Brasil, a Argentina e o Uruguai defrontando-se com a Antártica; enquanto na região natural sul-americana do Pacífico se envolvem o Chile, o Peru e o Equador defrontando-se com a Antártica.

Começamos por oficializar a nossa posição na Antártica, mas ainda não asseguramos a nossa presença efetiva na região. O momento se impõe aos nossos cientistas, mas não só a eles; também aos nossos diplomatas e militares.

A Antártica pode transformar-se numa porta de entrada através da qual um inimigo, estabelecendo uma cabeça-de-ponte, poderá envolver a América do Sul. Como o clima rigoroso desse continente não permite fácil conquista por meios terrestres, a ofensiva estaria ligada às operações aéro-transportadas, que, se conduzidas em larga escala, atingiriam o continente sul-americano e, nele, o Brasil.

O traçado das linhas que unem os diferentes arquipélagos subantárticos formados pelas Geórgias, Orcadas e Shetlands poderá ser incluído no das rotas mestras do Poder Aéreo, facilitando o desbordamento do Brasil. Dentro de nossas diretrizes, pois, esses arquipélagos subantárticos conjugados com o Brasil, detentor do maior litoral no continente, e a Antártica, tem duplicado o seu valor no que se refere ao domínio do Atlântico Sul.

A segurança na atual conjuntura deve merecer a mesma atenção

que o desenvolvimento. Todo planejamento da segurança vem girando em torno de prazos críticos, de metas prioritárias. Na conjuntura atual a Antártica se encontra incluída dentro das chamadas áreas básicas mundiais. Assim, com a disputa das Malvinas, dentro da defrontação argentina, é tempo de incluímos o continente austral de modo mais efetivo dentro de nossas linhas geoestratégicas em função de nossas diretrizes geopolíticas difundentes.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História de Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".